

INCLUSÃO SOCIAL: ACESSIBILIDADE NO PARQUE DA GARE, PASSO FUNDO

Social Inclusion: Accessibility in Park Gare, Passo Fundo

CARASEK, Mirian, Mestre, Arquiteta Urbanista, Professora, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, UPF

miriancarasek@upf.br

MELO, Evanisa Fátima R. Quevedo, Doutora, Eng. Florestal e Eng. Agrônoma, Professora, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, UPF

evanisa@upf.br

BASSO, Morgana, Designer de Produto, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, UPF

morganaabasso@gmail.com

MELO, Ricardo Henryque R. Quevedo, Mestre, Doutorando Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ricardohquevedo@gmail.com

Resumo

A busca de uma cidade socialmente justa deve incluir inclusão social, gerando melhores condições de vida, promovendo modificações na área urbana. Em 2016, a cidade de Passo Fundo passou por várias transformações urbanas, especialmente em projetos de revitalização e expressivas ações no Parque da Gare; espaço urbano, situado em local estratégico; recebendo nova infraestrutura, traçado e usos. A pesquisa tem por objetivo avaliar as condições de acesso aos usuários do parque, com levantamento de dados para verificar acessibilidade, por meio da Avaliação Pós Ocupação (APO) comparação com a norma. Os resultados mostram avanços, apresentando áreas acessíveis para crianças que utilizam cadeira de rodas, presença de corrimãos, rampas de acesso normatizados, piso podotátil em alguns locais e ainda incompleto em outros. Percebe-se a evolução e a apropriação do espaço pela comunidade, com a inclusão social dos diversos públicos, transformando uma área degradada em local de lazer para todos.

Palavras-chave: Inclusão Social; Acessibilidade; Desenvolvimento Urbano; Lazer Urbano.

Abstract

The search for a socially just city should include social inclusion, generating better living conditions, promoting changes in the urban area. In 2016, the city of Passo Fundo underwent several urban transformations, especially in projects of revitalization and expressive actions in the Park of the Gare; urban space, located in a strategic location; receiving new infrastructure, layout and uses. The research aims to evaluate the conditions of access to users of the park, with data collection to verify accessibility, through the Evaluation Post Occupation (POE) comparison with the standard. The results show advances, presenting accessible areas for children who use wheelchairs, presence of handrails, standardized access ramps, Tactile walking surface indicator in some places and still incomplete in others. The evolution and appropriation of space by the community is perceived, with the social inclusion of the different publics, transforming a degraded area into a place of leisure for all.

Keywords: *Social inclusion; Accessibility; Urban development; Urban leisure.*

1. Introdução

O espaço urbano tem-se organizado voltado ao desenvolvimento econômico; sem assegurar o direito à cidade, estabelecendo modelos urbanos precários. Como consequência disso, surgiram barreiras de enfoque variado, histórico, sociais, políticos, econômicas e arquitetônicas, dificultando os deslocamentos, impedindo o exercício pleno da cidadania de Pessoas com Restrição de Mobilidade (PRM). O Caderno de Atendimento Adequado às Pessoas com Deficiência e restrição de Mobilidade cita o desenho urbano, que privilegia o deslocamento motorizado individual, os congestionamentos, a falta de acessibilidade das edificações de uso público ou privado como parte de um mecanismo de exclusão social (BRASIL, 2006a). Conforme informações do IBGE (BRASIL, 2017), no Brasil existem muitas pessoas com deficiência. São mais de 45 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de dificuldade para ver, ouvir, se movimentar ou algum tipo de incapacidade mental. Se o Brasil tivesse 100 pessoas, aproximadamente sete teriam deficiência motora, cinco teriam deficiência auditiva e 19 teriam deficiência visual. A preocupação com acessibilidade é recente no Brasil; somente a partir dos anos 2000 foram aprovadas leis que tratam do tema. Nossas cidades constituem-se em contradições econômicas, sociais e políticas e o sistema viário é um espaço em permanente disputa entre diferentes atores, que se apresentam como pedestres, ciclistas, condutores e usuários de automóveis, caminhões, ônibus e motos (BRASIL, 2006a). A fim de tornar-se socialmente justa, a cidade precisa pensar na inclusão social, gerando melhores condições de vida, promovendo modificações na área urbana e neste caso, os parques são espaços públicos onde as pessoas podem passar longos ou curtos períodos, desfrutando deste ambiente. Todo o ambiente construído necessita de mecanismos de controle de qualidade, tendo em vista o atendimento das necessidades de seus usuários. No Brasil, tradicionalmente tem-se a repetição sucessiva de diversos produtos pouco satisfatórios para o usuário (ORNSTEIN; VILLA, 2016). Em Passo Fundo, o Parque da Gare recebeu nova infraestrutura, traçado, usos, atendendo as exigências legais da NBR 9050 (ABNT, 2015) e Estatuto da Pessoa com Deficiência e Estatuto das Cidades, (BRASIL, 2001). O objetivo buscou diagnosticar e avaliar as condições de acessibilidade aos usuários do Parque da Gare, no município de Passo Fundo – RS; de modo a melhorar a qualidade de vida para todos os usuários; utilizando como metodologia a pesquisa in loco, com o levantamento dos dados para verificar a existência, ou não, das condições de acessibilidade, por meio dos princípios de Avaliação Pós Ocupação (APO) e comparação com o atendimento à Norma. A APO está focada na acessibilidade do ambiente analisado e é feita análise sobre os acessos e utilização universal dos espaços do Parque da Gare. (PASSO FUNDO, 2016; VIVIAN, 2015; FAVERO, 2016).

2. Parques em Passo Fundo

Conhecida como a capital do Planalto Médio, Passo Fundo é a maior cidade da Região Norte do Estado do Rio Grande do Sul, com 196.739 habitantes, dista 293 km da capital Porto Alegre. (BRASIL, 2016). A cidade está situada a 687m acima do nível do mar; a dinâmica da circulação atmosférica sobre o Rio Grande do Sul é intensificada no inverno e, na primavera, pela recorrente passagem de frentes frias oriundas da depressão do nordeste da Argentina. De acordo com o Atlas Eólico do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2002), as temperaturas médias anuais na região de Passo Fundo são entre de 16 a 18

°C (agradáveis), sendo que as temperaturas mais frias, nos meses de inverno, variam entre -3 e 10 °C, e as precipitações entre 1.800 e 1.900 mm anuais. A região se caracteriza por ser um clima subtropical, com chuvas bem distribuídas durante o ano e com temperatura média mensal mais quente superior a 22 °C. sua temperatura é agradável, registrando-se a média mais quente no mês de janeiro, 28,3° C, e a média mais fria no mês de junho é de 8,9° C. A temperatura média anual é de 17,5° C e umidade relativa do ar de 72% (média anual) (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

As cidades contribuem significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de um país. E, os ambientes urbanos são particularmente vulneráveis à contaminação de solos, de recursos hídricos e do ar. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2011) entende que a gestão efetiva de ambientes urbanos e ambientes naturais deve merecer dos gestores públicos igual prioridade na compilação e análise de informações sobre o estado do meio ambiente que respaldem o desenvolvimento de políticas urbanas-ambientais sustentáveis. Assim conhecer como os processos naturais e os fluxos interferem na paisagem urbana, para transformar os espaços urbanos monofuncionais em multifuncionais (HERZOG, 2011). A Prefeitura Municipal de Passo Fundo (2016) tem elaborado e implantado propostas de melhorias em parques e espaços abertos da cidade. O Parque da Gare foi o primeiro, pois além de estar situado em área central, se encontrava em estado de abandono há anos.

A Resolução CONAMA Nº 369 (BRASIL, 2006b), define parque urbano público como espaços de domínio público que desempenhem função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotados de vegetação e espaços livres de impermeabilização. Podem incluir equipamentos públicos, tais como, ciclovias, acesso e travessia aos corpos de água, mirantes, equipamentos de segurança, lazer, cultura e esporte, bancos, sanitários, chuveiros e bebedouros públicos, oferecem também serviços culturais e educativos. Também estão frequentemente ligados a atividades esportivas, com suas quadras, campos, ciclovias etc.; que garantam o acesso livre e gratuito da população à área verde de domínio público.. Acrescente-se ainda, esta questão de suma importância que é a facilitação de acesso a todos como previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Trata-se de uma questão de urgência urbanística a colaboração da sociedade na formulação das políticas públicas destinadas a cidade. A participação da população nos instrumentos do planejamento urbano permite conhecer as especificidades apresentadas pelos cidadãos, as dificuldades encontradas, planejando dessa forma uma cidade sustentável, cidadã. Tratar de acessibilidade urbana envolve o desafio de propiciar o acesso amplo e democrático à cidade, sendo que: Considerada uma das funções-chave da cidade, desde Le Corbusier a circulação e, atualmente, acessibilidade urbana constituem funções sociais da cidade, objeto da política de desenvolvimento urbano a que se referem à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) Assim, planejar desenvolvimento urbano é, sem dúvida, pensar formas economicamente viáveis, de acesso a equipamento urbanos e serviços públicos por todos os habitantes da cidade, inclusive por minorias como pessoas de mobilidade reduzida.

3. Avaliação Pós-Ocupação

A Avaliação Pós-Ocupação (APO) se baseia no princípio básico de que edificações e espaços livres postos em uso, qualquer que seja a função, devem estar em permanente avaliação, quer do ponto de vista construtivo e espacial, quer do ponto de vista de seus usuários. Esta avaliação procura obter subsídios para corrigir, sistematicamente, as falhas e aferir eventuais acertos, bem como, a partir da realimentação do processo projetual, definir diretrizes para novos projetos semelhantes. Sejam edificações, - edifícios institucionais ou comerciais; ou áreas livres, como praças e parques. A APO, como conjunto de métodos e técnicas, procura fornecer insumos para a realimentação do processo projetual, definindo diretrizes para novos projetos semelhantes. Em sua aplicação, a APO dá ênfase ao ponto de vista do usuário final dos ambientes construídos, edificados e espaços abertos; e procura desenvolver, a partir de avaliações de desempenho de ambientes em uso, o espírito crítico, sobretudo no que se refere aos métodos e técnicas de pesquisa, uma vez que tem estreita interface com outras áreas do conhecimento tais como, a engenharia civil e a psicologia ambiental.

Quando bem realizada, a APO pode gerar diagnósticos para fundamentar recomendações e intervenções no edifício, além de fornecer informações importantes para respaldar projetos similares no futuro. A APO vem sendo incorporada gradativamente nas práticas de construtoras, gerentes de facilidades e escritórios de arquitetura, sobretudo após a promulgação do Código de Defesa do Consumidor no início da década de 1990 e, mais recentemente, com a entrada em vigor da ABNT (2013) NBR 15.575 - Edificações residenciais - Desempenho. Para averiguar os problemas existentes nos edifícios, a avaliação pós-ocupação se apoia em análises técnicas e comportamentais. Qualquer ambiente construído, independentemente da complexidade ou escala, é passível de avaliação.

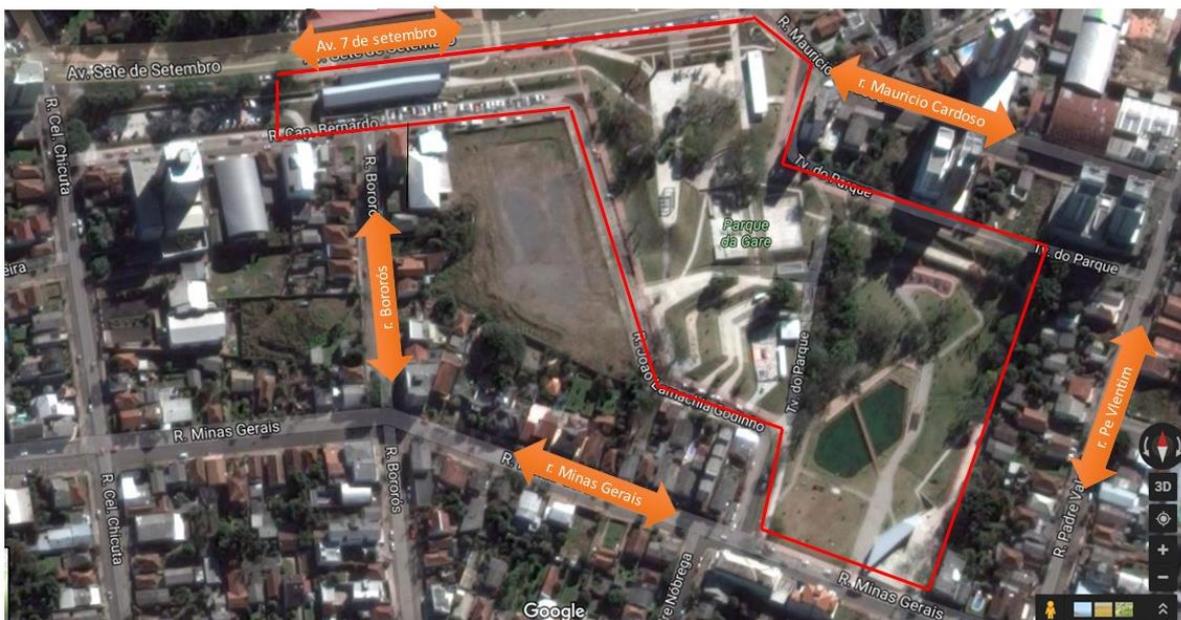
Em relação ao conjunto de instrumentos utilizados em APO, este trabalho fez uso, principalmente, do walkthrough: pode ser definida como um percurso dialogado complementado por fotografias, croquis gerais ou gravação de áudio e de vídeo, abrangendo todos os ambientes, no qual os aspectos físicos servem para articular as reações dos participantes em relação ao ambiente. Criado por Kevin Lynch, é um instrumento de grande utilidade na APO, pois possibilita aos observadores se familiarizem com a edificação em uso, bem como que façam uma identificação descritiva dos aspectos negativos e positivos dos ambientes analisados. (RHEINGANTZ, 2009)

Como ferramentas complementares da APO, foram usados o mapa comportamental, concebido para o registro gráfico das observações relacionadas com as atividades dos usuários em um determinado ambiente, conforme Ornstein (1992). E, por fim, este estudo buscou no mapeamento visual identificar a percepção dos usuários em relação a um determinado ambiente, com foco na localização, na apropriação, na demarcação de territórios, nas inadequações a situações existentes, no mobiliário excedente ou inadequado e nas barreiras, entre outras características. Apesar de concebido para ser utilizado em ambientes internos, o mapeamento visual pode ser aplicado com facilidade em ambientes urbanos.

4. Parque da Gare – Um novo parque para a cidade

O Parque da Gare foi inaugurado na década de 1980 em Passo Fundo, RS, em terreno pertencente, anteriormente, à rede ferroviária. No início do século XX, foi construída no local uma estação férrea, espaço considerado de maior relevância para o patrimônio histórico de Passo Fundo. A Estação Férrea da Gare foi denominada pelo termo francês Gare, que significa estação de estrada de ferro. O transporte ferroviário conectou Passo Fundo a São Paulo e outras cidades, fomentando a economia e também o desenvolvimento social e cultural da cidade. A área hoje conhecida como Parque da Gare foi por décadas ocupada pela mancha ferroviária, onde estavam oficinas, prédios de turmas, pavilhões e trilhos (PASSO FUNDO, 2016; VIVIAN, 2015; FAVERO, 2016). Ao longo do traçado dos trilhos, hoje Avenida Sete de Setembro (Figura 1) instalaram-se comércio, indústria e agronegócio; - comércio para atender uma nova burguesia que se formava, a indústria que primeiramente se ocupou da extração de madeira, e agronegócio que aproveitou a ferrovia para o escoamento da produção.

Figura 1: Parque da Gare e entorno próximo



Fonte: Adaptado do Google Maps pelos autores, 2017

Numa área de 40.000 m², e número estimado de usuários médio de 30 mil pessoas por final de semana; o projeto do novo parque foi entregue à população em 22 de junho de 2016. Com investimento superior a R\$ 9 milhões, o novo Parque da Gare contempla um prédio para a Feira do Produtor, lanchonete, revitalização do prédio histórico, bloco de banheiros, e o Prisma: Estação Cultural da Gare (PASSO FUNDO, 2016; VIVIAN, 2015; FAVERO, 2016). Nas áreas abertas, o programa paisagístico já existente foi recuperado e foram acrescentados brinquedos em um playground acessível, anfiteatro, pista de skate, quadra poliesportiva, assim como a revitalização do Lago da Gare e a preservação das áreas verdes.

A intervenção converteu o local no principal espaço público no centro da cidade, destinado à prática de atividades físicas, descanso e convivência. A proposta foi desenvolver um ambiente com espaços que se integrem e possuam rota de acessibilidade universal, que permita o fluxo de pessoas com mobilidade reduzida por toda a área, garantindo espaços de lazer, cultura e turismo para toda população. No entorno do parque está uma das principais vias da cidade, a avenida Sete de Setembro, que percorre o perímetro urbano quase como um anel, onde se localizava a via férrea.

5. Parque da Gare – Acessibilidade

Este estudo procurou perceber, a presença, ou não, de barreiras que são conceituadas no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) como entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. O Estatuto da Pessoa com Deficiência objetiva assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015). Existem barreiras a serem vencidas.

- barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

O processo de APO utilizado foi o walktrough, (ORNSTEIN, 1992) com percurso dialogado registrando com imagens, croquis e a percepção de pontos negativos e positivos. Foram comparados com a legislação (NBR 9050, ABNT, 2015) avaliando os equipamentos urbanos e as edificações do parque. Até bem pouco tempo o conceito de acessibilidade esteve associado às pessoas com deficiência e, mais especificamente, àquelas que se locomovem em cadeira de rodas. A acessibilidade universal aos espaços de uma cidade, no entanto, pode estar associada a todos os diferentes grupos que compõem a sociedade. O avanço dos estudos sobre projetos inclusivos, nos últimos anos, fez emergir o conceito de desenho universal (ou projeto para todos) que é fortemente embasado no conceito de inclusão social (CAMBIAGHI, 2007).

Cidades de porte médio, como Passo Fundo, enfrentam problemas de crescente urbanização associada ao uso e ocupação do solo, as unidades de conservação e áreas correlatas representam, talvez, os últimos refúgios para a proteção e conservação da biodiversidade, além de oferecerem espaços para lazer e educação em contato com a natureza, contribuindo para a melhora da qualidade de vida. O parque também deve ser um espaço de cultura de paz, onde as camadas sociais convivam com direitos e deveres iguais e onde os humanos convivam com as outras espécies vivas, vegetais e animais.

A análise de espaços verdadeiramente inclusivos requer um amplo conhecimento tanto das especificidades de acesso para diversos tipos de dificuldades quanto das difíceis interfaces entre essas especificidades de acesso. Pode-se citar o exemplo de algumas barreiras que facilitam o acesso de pessoas em cadeira de rodas que podem, ao mesmo tempo, estar tornando inviável o acesso de um cego. Com relação às pessoas idosas que apresentam diferentes graus de dificuldades, seja em sua mobilidade, audição ou visão, deve-se frisar que estas possuem, também, necessidades afetivas e psicológicas que se somam às dificuldades físicas. Neste sentido, é importante que este grupo seja frequentemente informado sobre possíveis locais de encontro, atividades que estimulam o convívio, passeios, que nem sempre teriam o mesmo direcionamento daquele destinado a grupos de outras faixas etárias. Eliminar barreiras de acesso significa garantir espaços que atendam a todas as necessidades especiais e o planejamento de locais de turismo universais e inclusivos (DUARTE, 2004). Nesse contexto o Parque da Gare cumpre com essa função inclusiva, sendo ponto de encontro para diversos públicos estimulando o convívio.

O Parque da Gare é um parque urbano. E, como tal, recebe equipamentos urbanos, que devem ter o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente, com pisos e rotas, acessíveis. (ABNT, 2015). A Cartilha do Censo 2010 (BRASIL, 2012) - pessoas com deficiência, registra os equipamentos das faces de quadra são de responsabilidade dos municípios e por isso se pressupõe maior facilidade de cobrança das comunidades aos representantes legais para a remoção das barreiras físicas encontradas nos entornos das moradias.

O prédio da Feira do Produtor (Figuras 1 e 2) está localizado entre duas vias paralelas – a Avenida Sete de Setembro e a Rua Capitão Bernardo. Implantado em uma zona com declive de aproximadamente quatro metros, a edificação se articula através de rampas e escadas de acesso. O interior é dividido em três espaços distribuídos em três níveis: o primeiro, que se interliga à avenida, abriga a zona de apoio (banheiros, depósitos e instalações); no segundo, está a praça de alimentação, que se liga ao acesso leste pelo parque; e no patamar inferior estão as zonas fixas dos frios, com acesso à Rua Capitão Bernardo e ao estacionamento da feira. A proximidade com essas áreas facilita a carga e descarga de mercadorias. Através do walkthrough, pode-se constatar que há acesso lateral externo com rampa para facilitar uso por cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida (idosos, usuários de muleta ou andadores), conforme se pode observar na figura 2; sem que se configure barreira arquitetônica. Porém, o piso tátil no acesso está incompleto, definindo, assim, uma barreira urbanística.

Figura 2: Feira do produtor, lado externo e interior da edificação.



Fonte: autores, 2017

Outra área edificada no parque é o Prisma: Estação Cultural da Gare; um prédio da Biblioteca está dividido em dois níveis. O inferior, semienterrado na topografia aberto para o lago, se notabiliza pelo uso do concreto armado. Este volume concentra as áreas molhadas, como os sanitários públicos, e a escada externa de acesso ao pavimento superior. Todos esses usos se situam junto ao muro de arrimo e estão voltados para uma grande área livre e coberta, onde ocorrem eventos. A partir da laje de cobertura (intermediária da biblioteca) se desenvolve um prisma de forma singular, que explora a estrutura metálica e os fechamentos em alvenaria com algumas superfícies envidraçadas. Já o pavimento superior do Prédio da Biblioteca – que conta com dois acessos em suas extremidades – corresponde a um espaço polivalente de usos diversos. Este edifício ainda não se encontra em utilização; portanto, sem avaliação do público visitante.

Figura 3: Áreas externas do parque



Fonte: autores, 2017

Os sanitários públicos cumprem com as premissas da NBR 9050 (ABNT, 2015) acerca de normativas para banheiros acessíveis quanto à espaço interno para uso, altura de bacia sanitária, bem como áreas de transferência e tamanho adequado de portas. As barras de apoio nas paredes também cumprem a norma.

Na área externa, o parque tem uma área esportiva, o Parque da Gare conta com quadra de esportes, pista especial para BMX e pista de skate, bem como pista de caminhada e ciclovia no entorno do parque (Figura 34). Percebe-se que o uso para a prática esportiva é intenso, destacando-se os praticantes de skateboard, com quem o parque tem uma relação estreita, uma vez que antes mesmo de haver a reforma do parque, os skatistas sempre utilizaram o Parque da Gare como ponto de convergência dos praticantes do esporte, ainda que com a precariedade da pista antiga. O parque também oferece o primeiro playground acessível para crianças, com brinquedos acessíveis e piso emborrachado. Os direitos a acesso das pessoas com mobilidade reduzida têm evoluído com o decorrer do tempo, assim a igualdade para todos independente das condições físicas ou mental, ou tipo de deficiência são preocupações do poder público que vem sendo implantadas visando a inclusão de todos nas diferentes faixas etárias.

Considerando a NBR 9050 (ABNT, 2015) a respeito dos acessos e circulações externos do parque, vê-se que os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se inclinação transversal da superfície até 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas. Então, percebe-se na Figura 3, que há boa utilização dos desníveis existentes com rampas com declividade adequada. Na Avenida Sete de Setembro foram construídas faixas elevadas para facilitar o acesso ao parque; as primeiras na cidade; faixa elevada sua utilização é recomendada nas seguintes situações: a) em travessias com fluxo de pedestres superior a 500 pedestres/hora e fluxo de veículos inferior a 100 veículos/hora.

Figura 4: espaços abertos proximos ao lago



Fonte: autores, 2017

Ao elaborar um projeto construtivo com base nas premissas de acessibilidade, é necessário considerar os futuros usuários. Os equipamentos públicos, privados ou não, serão utilizados pelas pessoas que compõem a sociedade – sejam eles portadores ou não, de deficiências ou mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com mobilidade reduzida temporária; e, aqui se incluem o carrinho de bebê, gessos, talas, etc. O profissional deve desenvolver seus projetos com soluções que atendam a toda essa diversidade. “A arquitetura não pode ser focada em apenas um segmento da população. Deve atender a todos. Na verdade, é o que deveríamos fazer sempre”, (CAMBIAGHI, 2007)

O lago do Parque da Gare também foi revitalizado e ganhou uma passarela (Figura 4). Esse espaço concentra a água das cinco nascentes presentes no parque (MELO et. al., 2016), criando um grande ambiente de estar à beira do lago para os usuários contemplar. A ponte é uma atração para observar as belezas naturais do parque. As crianças têm opções de brinquedos e gramados amplos, que convidam os usuários a sentar na grama, com diversos pontos de lazer.

Verifica-se que a cidade de Passo Fundo tem investido na infraestrutura para atender as pessoas que tem alguma restrição de mobilidade, procurando aplicar o desenho universal para ter boa acessibilidade nos espaços de lazer, como o Parque da Gare.

6. Conclusões e recomendações

Assim sendo, a partir da análise de imagens e opinião dos usuários do Parque da Gare pode-se concluir que o projeto foi pensado em grande parte nos princípios do Desenho Universal, podendo ser usado da melhor forma pelo maior número de pessoas. Também pode-se perceber que os espaços foram pensados para melhor acesso de cadeirantes, com rampas cuidadosamente feitas dentro da norma NBR 9050:2015, banheiros adaptados e praça infantil acessível. Porém, nota-se que falha no uso de piso tátil, deixando a desejar na questão de acesso de pessoas com perda total ou parcial de visão. A instalação correta do piso tátil se dá no interior do prédio da Feira do Produtor, mas no restante do parque se vê uso incorreto ou nenhum uso desse recurso que se torna muito importante no auxílio da mobilidade de pessoas com alguma deficiência visual. A fim de evitar a segregação de pessoas apenas por possuírem uma condição diferente dos demais, que tenham que se submeter a situações constrangedoras que lhes tirem a dignidade, a autoestima e, sobretudo, a cidadania.

Os resultados mostram avanços no atendimento à legislação, apresentando áreas acessíveis para crianças que utilizam cadeira de rodas, presença de corrimãos, rampas de acesso dentro da norma, piso tátil em alguns locais e ainda incompleto em outros. Percebe-se a evolução e a apropriação do espaço pela comunidade, com a inclusão social dos diversos públicos, transformando uma área degradada em local de lazer para todos. Doravante pode-se avaliar os efeitos supracitados, pela integração universal entre usuários, despertando a conscientização da importância da acessibilidade na concepção projetual dos equipamentos urbanos, com a utilização plena dos princípios do Desenho Universal, como preconizado na NBR 9050:2015, é a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

A revitalização do Parque da Gare foi um evento muito esperado, pois o parque é considerado um dos marcos da identidade da cidade, considerando a ferrovia como fator fundamental na conformação e organização da cidade. Desta forma, merecidamente o parque volta a ser um espaço de qualidade para todos os habitantes e turistas. Porém, ainda pode-se observar, ocasionalmente, a presença de barreiras atitudinais; ou seja, aquelas advindas de comportamentos inadequados e do mau uso do mobiliário urbano pelos próprios usuários. Relativamente à sinalização do parque, inicialmente foi implantada de modo adequado, de modo geral. A ocorrência de barreiras nas comunicações e na informação, poderá ocorrer a partir da eventual falta de manutenção por parte da prefeitura.

Conclui-se que a revitalização do parque da gare promoveu sim a melhora da acessibilidade em um parque urbano no município de Passo Fundo, entretanto deve-se salientar que ainda existem pontos a serem melhorados para permitir a total acessibilidade e pleno funcionamento por todos os constituintes da população. Vale ressaltar, ainda, que esta discussão não está esgotada, é apenas uma reflexão de como contribuir com projetos de espaços abertos universais e incentivar a troca de informações e de experiências entre os profissionais da área.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15.575**: Edificações residenciais – Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2013

_____. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamento urbano. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

_____. Ministério das Cidades. Caderno Programa Brasil Acessível. Construindo uma Cidade Acessível. Cd 2. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2006a.

_____. Resolução CONAMA nº 369/2006. Dispões sobre casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP. Brasília: Diário Oficial da União, 2006b

_____. Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

_____. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão No 13.146, de 6 de julho de 2015

_____. Cidades, Rio Grande do Sul, Passo Fundo. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431410&search=rio-grande-dosul|passo-fundo>>. Acesso em: 20 ago. 2016

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Vamos conhecer o Brasil. Disponível <<https://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/pessoas-com-deficiencia.html>> Acesso em out. 17

CAMBIAGHI, Silvana. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Senac, 2007

DUARTE, Cristiane Rose & COHEN, Regina. **Desenvolvimento de Metodologia para Confecção de um Guia do Rio de Janeiro Acessível**. In: Anais II Seminário Internacional Visões Contemporâneas, 2004.

FÁVERO, Natália. **Parque da Gare: Espaço será aberto no dia 22**. O Nacional: 15 de junho de 2016

HERZOG, Cecilia P. Infraestrutura verde. Chegou a hora de priorizar! Minha Cidade, São Paulo, ano 11, n. 130.06, Vitruvius, maio 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.130/3900>>. Acesso em: 02 set. 2016.

MELO, E.F.R.Q; KRESSIN, M.S.; DESTRI, L. M.; GRANDO, D.G.; SILVA, L.A. A Gare e seus desafios: o impacto da requalificação do ambiente natural do ambiente natural inserido no espaço urbano. In: Colóquio Ibero-Americano de Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 4, Belo Horizonte, 2016. Anais... Belo Horizonte, 2016. <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/374.pdf>. Acesso em out. 2017.

ORNSTEIN, Sheila W., VILLA, Simone B. Qualidade ambiental na habitação – avaliação pós ocupação. Editora Oficina de textos 2016

ORNSTEIN, Sheila. Avaliação pós-ocupação (APO) do ambiente construído. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1992

PASSO FUNDO. **Novo Parque da Gare**. Prefeitura de Passo Fundo. 15 de junho de 2016.

PNUMA, 2011, Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza, www.unep.org/greeneconomy

RHEINGANTZ, Paulo Afonso [et al.]. Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. SEMC. Secretaria de Energia, Minas e Comunicações. Atlas Eólico do Rio Grande do Sul. 2002.

VIVIAN, Glenda. **A ferrovia que colocou Passo Fundo no mapa**. O Nacional: Passo Fundo. 20 de abril de 2015